

## O PROTAGONISMO DOS BRASILEIROS NO EXTERIOR E SEU PAPEL NA DEFESA E PROMOÇÃO DOS PRÓPRIOS DIREITOS. RESULTADOS DE UMA PESQUISA JUNTO A ORGANIZAÇÕES E LIDERANÇAS DE BRASILEIROS E BRASILEIRAS NO EXTERIOR

The prominence of Brazilians abroad and their role in protecting and promoting their own rights. Results of a research done with organizations and leaderships of Brazilians abroad

Carmem Lussi\*

Roberto Marinucci\*\*

O artigo é o resultado de uma pesquisa realizada pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM, junto a grupos organizados de brasileiros e brasileiras residentes no exterior, em vista a avaliar a atuação destes em prol da defesa e da promoção dos direitos humanos. Após uma breve panorâmica sobre a emigração brasileira e uma sucinta análise de dados estatísticos consulares, o texto apresenta o perfil dos grupos organizados pesquisados. Apesar da precariedade dos recursos financeiros disponíveis, da mobilidade e escassez de capital humano e dos limitados apoios governamentais, em geral, essas organizações buscam caminhos de cidadania, desenvolvendo atividades de formação, *advocacy* e alguns serviços assistenciais, além de ações de resgate da cultura brasileira e de integração no país de chegada.

**Palavras-chave:** Brasileiros no Exterior, Associativismo, Promoção de Direitos Humanos

*The following article is the result of a research accomplished by the Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM, along with organized groups of*

---

\* Missióloga. Diretora do CSEM e da Revista REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília. Membro do Comitê de Enlace da Consulta Permanente sobre os Direitos Humanos dos Migrantes na América Latina e Caribe.

\*\* Mestre em Teologia, pesquisador do CSEM e professor do Open-USB de Brasília.

*Brazilians living abroad, in order to evaluate their actions in favor of the Human Rights' protection and promotion. After a brief panorama about the Brazilian emigration and a concise analysis of statistic Consular data, the article presents the profile of the organized groups analyzed. Despite the precarious financial resources available, the mobility and lack of human capital and the limited governmental support; in general, those organizations seek for ways to citizenship, developing educational activities, advocacy and some aid services, in addition to actions aiming to uphold the Brazilian culture and the integration to the arrival country.*

**Keywords:** *Brazilians Abroad; Associations of Migrants; Human Rights Promotion*

## Introdução

A pesquisa da qual o presente artigo apresenta alguns dos resultados<sup>1</sup> consta de duas fontes: a primeira refere-se a uma pesquisa realizada pelo CSEM<sup>2</sup> com o objetivo de identificar estratégias e formas de protagonismo de brasileiros e brasileiras no exterior a partir de entrevistas de campo, ouvindo interlocutores privilegiados e valorizando a atuação de organizações que, de diferentes maneiras, atuam na defesa e promoção dos direitos humanos, com vistas à elaboração de respostas eficazes por parte do Estado e da sociedade civil. A segunda fonte refere-se ao recolhimento e trabalho de dados estatísticos fornecidos pelo Ministério de Relações Exteriores alusivos aos brasileiros residentes fora do país. Esses dados fazem referência não apenas ao número total, mas também ao registro de atos notariais, como por exemplo, nascimentos e óbitos, ocorridos nas respectivas áreas geográficas dos Consulados. Os resultados mais significativos desta segunda fonte são analisados na primeira parte do artigo. Na terceira parte são apresentados elementos gerais de análise dos dados recolhidos e tabulados.

A pesquisa consta de dois questionários: o primeiro aplicado às entidades organizadas “por” e/ou “para” brasileiros presentes nas áreas consulares supracitadas. Responderam a esse questionário 35 grupos, assim distribuídos: 10 do Paraguai (área consular Alto Paraná), 7 dos EUA (área consular de Boston), 11 de Portugal e 7 do Japão.<sup>3</sup> O segundo questionário

<sup>1</sup> Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa realizada pelo CSEM entre outubro de 2007 e abril de 2008 junto a organizações de migrantes e para migrantes brasileiros em algumas áreas consulares: Alto Paraná no Paraguai, Boston nos Estados Unidos, Lisboa e Porto em Portugal e Tóquio e Nagoya no Japão.

<sup>2</sup> Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios ([www.csem.org.br](http://www.csem.org.br)) de Brasília.

<sup>3</sup> O número total de grupos organizados com os quais entramos em contato foi muito maior – 138 ao todo. Esses números incluem apenas os contatos feitos diretamente pelo CSEM e não os contatos que alguns informantes fizeram pessoalmente com alguns grupos organizados. Após uma pesquisa realizada mediante a Internet e a consulta de informantes privilegiados *in loco*, enviamos e-mails para 19 grupos organizados no Japão, 43 em Portugal e 36 nos EUA.

foi aplicado a “informantes privilegiados”,<sup>4</sup> ou seja, pessoas escolhidas conforme às vivências significativas sobre o tema e o desenvolvimento de atividades específicas que dizem respeito ao público alvo e o objetivo da pesquisa. Responderam a esse questionário 20 pessoas, assim distribuídas: 5 dos EUA, 6 de Portugal, 5 do Japão e 4 do Paraguai. Colaboraram na pesquisa, também, outros 16 informantes.

## 1. Brasileiros e brasileiras no exterior e a promoção dos direitos humanos

Em geral, ao tratar da relação entre direitos humanos e migração, tende-se a abordar duas questões fundamentais: a lista dos direitos violados dos migrantes e, ao mesmo tempo, a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas de proteção. Sem dúvida, são dois temas basilares que dizem respeito ao diagnóstico e à terapia. No entanto, é ainda pouco desenvolvida uma análise mais aprofundada e interdisciplinar acerca da contribuição que os próprios migrantes exercem, tanto em detectar as violações, quanto em sugerir soluções. Especificamente, no que se refere ao contexto brasileiro, apenas nos últimos anos surgiu uma maior atenção para os grupos organizados de migrantes e seu papel protagônico na defesa e na promoção dos direitos.

Talvez essa situação decorra de uma abordagem apriorística, que interpreta a pessoa migrante de forma exclusivamente pauperística e vitimista, como uma pessoa tão frágil e vulnerável que apenas convém ser objeto de ações assistencialistas e emergenciais. Ou então, como reconhece Jorge Durant, *se los considera políticamente apáticos, individualistas por excelencia y que enfrentan los problemas sociales y económicos de la población de origen con opciones personales*.<sup>5</sup> Dito de outra forma, a pessoa migrante não é considerada um agente ativo de transformação e, portanto, é excluída do debate sobre direitos humanos e políticas públicas migratórias.

Esta visão tradicional está sendo questionada e superada por dois importantes fatores: em primeiro lugar, o crescimento, em numerosos países, de associações e grupos organizados de imigrantes; e em segundo

<sup>4</sup> Constam entre os informantes privilegiados 11 mulheres e 9 homens, entre os quais: 8 acadêmicos, migrantes que não participam de organizações, 6 lideranças religiosas, 1 autóctone e 1 migrante que participa de organização de migrantes. Agradecemos a colaboração destes e dos 16 colaboradores, assim como de todas as pessoas que responderam aos questionários em nome das organizações, nos respectivos países, que tornaram possível a realização da pesquisa.

<sup>5</sup> DURAND, Jorge. “Otra vez en primavera. Los inmigrantes salen a las calles”, p. 109.

lugar, as grandes manifestações de protesto no primeiro de maio de 2006, nos EUA, que evidenciaram de forma contundente o potencial político, reivindicativo e conscientizador desses grupos organizados.<sup>6</sup>

A figura do migrante passivo, apático e individualista deixa o passo ao migrante ativo, consciente e protagonista. Ou talvez fosse melhor dizer, a fim de não cair em outro estereótipo, que a figura do migrante se tornou mais complexa, mais heterogênea, menos susceptível de encaixar em categorias padronizadas e, ao mesmo tempo, ampliam-se as possibilidades de valorização e reconhecimento de sua subjetividade e contribuição em processos de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Existem, sem dúvida, alguns fatores que podem justificar o aumento do compromisso dos migrantes em relação à promoção dos direitos humanos. Em primeiro lugar, há aspectos relacionados com a conjuntura migratória contemporânea. A seletividade das políticas imigratórias e o maior controle das fronteiras têm dificultado aquela que antes era chamada de *yo-yo migration*,<sup>7</sup> ou seja, o processo reiterado de emigração/retorno. Em outros termos, os migrantes tiveram que reduzir, senão eliminar, os regressos temporários, permanecendo cada vez mais tempo no país de chegada.

Esta situação tem obrigado muitos brasileiros a uma “redefinição das expectativas temporais”,<sup>8</sup> ao tomar posição em relação ao próprio futuro, principalmente no que diz respeito ao tempo de permanência no país de imigração. O maior empenho dos imigrantes em termos de promoção dos direitos, geralmente, é mais forte quando o sujeito considera o lugar de residência atual como o lugar de sua presença futura e supostamente definitiva.<sup>9</sup> Enfim, por mais paradoxal que pareça, as restrições e seletividade das políticas imigratórias têm gerado, como efeito colateral,

---

<sup>6</sup> De acordo com José Carlos Luque Barzán, em 2006, ocorreram manifestações de protestos contra leis imigratórias ou violações de direitos humanos de migrantes também na Argentina, Chile e França. Em sua opinião, *un rasgo común de todas estas acciones políticas radicó en el hecho de que fueron impulsadas por asociaciones de migrantes y apuntaladas por otras asociaciones civiles del país de residencia* (BARZÁN, José Carlos Luque. “Asociaciones políticas de inmigrantes peruanos y la “Lima Chica” en Santiago de Chile”, p. 122).

<sup>7</sup> MARGOLIS, Maxine L. *Little Brazil*. An ethnography of Brazilian Immigrants in New York City, p. 263.

<sup>8</sup> SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*, p. 203.

<sup>9</sup> Na pesquisa, essa questão foi realçada pelo Apostolado Brasileiro de Boston, segundo o qual “a incerteza dos migrantes de permanecerem ou retornarem impede de traçar projetos e planos a longo prazo”, o que representa uma séria dificuldade para o envolvimento nas atividades da entidade. Em termos analíticos, isso significa, indiretamente, que o maior comprometimento está entre as pessoas que superaram essa incerteza e assumiram os Estados Unidos como o lugar (supostamente) definitivo de residência.

uma comunidade migrante mais comprometida e disposta a lutar pelos próprios direitos.<sup>10</sup>

Um desdobramento do elemento anterior é, precisamente, o aumento da pressão policial sobre os imigrantes, sobretudo daqueles em situação administrativamente irregular.<sup>11</sup> E ainda o aumento dos casos de discriminação e preconceito em relação aos imigrantes em situação regular e que vivem no país há muitos anos. Esta situação pode provocar duas reações distintas: por um lado, a pressão policial pode inibir o potencial reivindicativo dos migrantes, pois a detenção e a deportação vêm a representar o fim do sonho e a perda do capital investido<sup>12</sup>; por outro lado, essa situação, ao adicionar a necessidade de proteção, pode incentivar formas organizadas de resistência.

Um terceiro aspecto faz menção ao tempo da emigração brasileira. Em pesquisa realizada no começo da década de 90, Maxine Margolis<sup>13</sup> tem enfatizado o número limitado de associações ou organizações comunitárias de brasileiros residentes em Nova Iorque. A autora aponta a migração recente como uma possível causa dessa situação.<sup>14</sup>

Enfim, mesmo reconhecendo que algumas mudanças recentes na conjuntura migratória possam ter impulsionado um maior compromisso dos migrantes em relação à promoção dos direitos humanos e o

<sup>10</sup> Escala Rabadán também chega a essa conclusão a partir da análise da evolução histórica do compromisso de clubes cívicos sociais mexicanos nos EUA. Em sua opinião, em 1994, a votação da assim chamada *proposición 187* tem gerado um clima anti-imigratório e uma conseqüente reação por parte das associações mexicanas, seja na priorização da defesa dos direitos humanos, seja na busca de articulação e trabalho em rede com outras entidades (Cf. RABADÁN, Luís Escala. "Derechos humanos y asociaciones de migrantes mexicanos en Califórnia", p. 97).

<sup>11</sup> A situação atual parece ter se modificado substancialmente em relação àquela descrita por Teresa Sales em relação aos brasileiros em Boston, em 1999. De acordo com a pesquisadora, na época, a situação de clandestinidade representava um problema apenas em momentos ocasionais, pois "no cotidiano não faz diferença ser ou não documentado" (Cf. SALES, *op. cit.*, p. 152-154). Numa linha análoga é também Braga Martes que, numa pesquisa sobre brasileiro em Massachusetts, sustenta que o emigrante irregular não corre o risco de ser deportado, desde que obedeça às regras de comportamento da sociedade americana (Cf. MARTES, Ana Carolina Braga. *Brasileiros nos Estados Unidos*. Um estudo sobre imigrantes em Massachusetts, p. 159-160).

<sup>12</sup> O *Office of Total Assistance* de Boston tem sublinhado que a falta de documentação americana, impede a muitos brasileiros e brasileiras de "reivindicar seus direitos pelo medo da deportação".

<sup>13</sup> MARGOLIS, Maxine L., *op. cit.*

<sup>14</sup> Braga Martes, na supracitada pesquisa, realça que a situação dos brasileiros em Boston, Massachusetts, é um pouco diferente em relação a Nova Iorque por causa do diferente perfil ocupacional e familiar do imigrante e, sobretudo, por ser a área metropolitana de Boston menos dispersiva, facilitando maior sociabilidade e agregação. Consoante a autora, em meados de 1996, havia, em Boston, 10 entidades organizadas exclusivamente por brasileiros e brasileiras. Dentre elas, 3 continuam tendo uma presença efetiva em 2008: MAPS, BIC e GMB. Enfim, para que uma comunidade "étnica" comece a se estruturar é necessário, entre outras coisas, um período mínimo de tempo (Cf. MARTES, Ana Carolina Braga, *op. cit.*, p. 170-176).

envolvimento protagônico em grupos organizados, ainda permanecem dúvidas quantitativas – quantos brasileiros no exterior estão realmente envolvidos na promoção dos direitos humanos? – e qualitativas – que tipo de trabalho está sendo realizado? Quais os direitos priorizados? Qual o perfil dos brasileiros mais envolvidos nos grupos organizados? Qual a visão que os emigrantes têm desses grupos?

Antes de tentar responder a essas perguntas vamos apresentar, de forma sucinta, algumas estatísticas sobre a presença de brasileiros no exterior.

## 2. Dados estatísticos consulares sobre brasileiros e brasileiras no exterior

Em termos gerais, em 2002, o Itamaraty calculava a presença de 1.964.498 brasileiros no exterior. Segundo estimativas de 2007, esse número passou para 3.044.762. Na prática, em 5 anos, ocorreu a emigração de mais de um milhão de brasileiros, podendo chegar, a partir de uma estimativa mais elevada, a cerca de 1,8 milhões, o que significa que nos últimos 5 anos o número de brasileiros residentes no exterior praticamente dobrou.

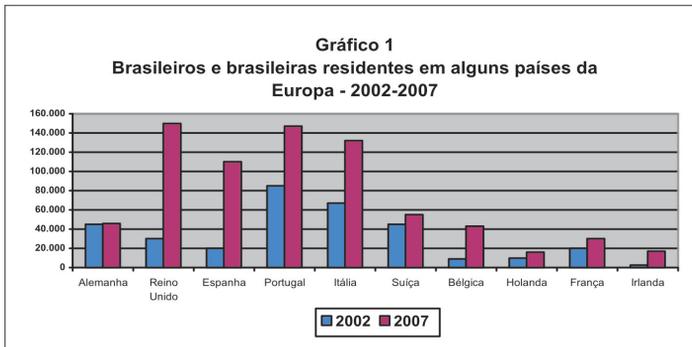
No que se refere aos países de destino e levando em conta a avaliação dos postos consulares, que estabelece uma estimativa fundamentada em cálculos demográficos dos respectivos países onde se encontram os postos consulares, a meta prioritária dos brasileiros é a América do Norte (1.278.650), seguida da Europa (766.594), a América do Sul (611.708), a Ásia (318.285), o Oriente Médio (30.306), a Oceania (17.250), a África (15.323) e a América Central (6.611). Segue gráfico com tabela dos 20 primeiros países em ordem de maior presença estimada pelos postos consulares em 2007:

Tabela 1				
10 países de maior estimativa de brasileiros - 2007				
País	Maior Estimativa	Menor Estimativa	Estimativa Posto	Estimativa Posto (% total)
Estados Unidos	1.490.000	843.505	<b>1.240.000</b>	40,73
Paraguai	515.517	204.890	<b>487.517</b>	16,01
Japão	310.751	310.000	<b>310.000</b>	10,18
Reino Unido	300.000	150.000	<b>150.000</b>	4,93
Portugal	160.000	69.518	<b>147.500</b>	4,84

Itália	132.000	110.000	<b>132.000</b>	4,34
Espanha	150.000	74.085	<b>110.000</b>	3,61
Suíça	60.000	22.861	<b>55.000</b>	1,81
Alemanha	59.338	21.211	<b>46.209</b>	1,52
Bélgica	43.638	3.625	<b>43.638</b>	1,43
<b>Total de Brasileiros</b>	3.735.826	2.059.623	<b>3.044.762</b>	100,00

Fonte: DAC/MRE

Houve um aumento significativo principalmente em alguns países da União Européia. Na Espanha, por exemplo, de acordo com os dados da Embaixada de Madri e do Consulado de Barcelona, os brasileiros passaram de cerca de 20 mil, em 2002, para 110 mil, em 2007. Registraram-se crescimentos expressivos também em outros países europeus, como a Grã-Bretanha (de 30 mil, para 150 mil), a Irlanda (de 2,5, para 17 mil), a Bélgica (de 9 mil, para 43 mil) e a Itália (de 67, para 132 mil). Os dados registram aumentos significativos ainda no Japão (de 273, para 310 mil), Canadá (de 14, para 20 mil) e EUA (de 780, para 1.240mil), o país que continua hospedando a maior comunidade brasileira no exterior.



Fonte: DAC/MRE. Para 2007, foi considerada a "Estimativa Posto".

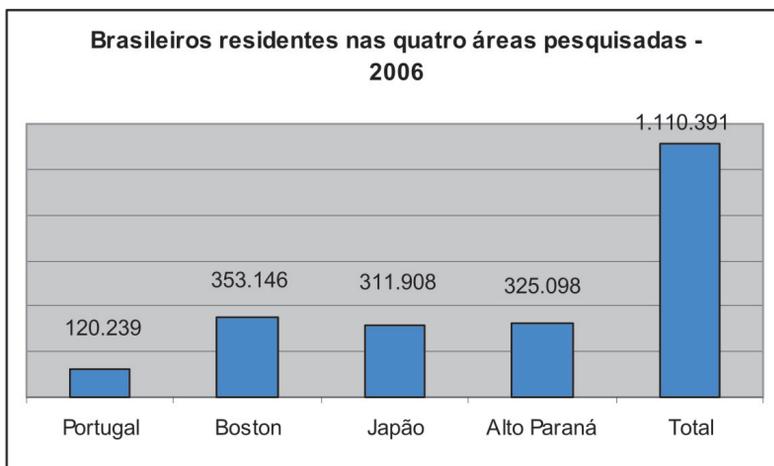
Em relação à emigração intra-sul-americana, houve um aumento da presença de brasileiros em quase todos os países, especialmente na Argentina, Guiana Francesa, Venezuela, Bolívia, no Paraguai, Peru e Uruguai.<sup>15</sup> Este país atualmente hospeda mais de 18 mil brasileiros (em 2002 eram pouco mais de 3 mil), que representam a 15ª comunidade brasileira no exterior.

<sup>15</sup> O Suriname é o único país em que é registrada uma diminuição da presença de brasileiros. Todavia, cabe lembrar que, apesar da Estimativa Posto indicar a presença de apenas 8 mil brasileiros (1/3 em relação a cinco anos antes), a "maior estimativa" aponta para a possível presença de 40 mil brasileiros e brasileiras no país.

Apesar da importância desses números, deve-se ressaltar a dificuldade em calcular os intensos deslocamentos fronteiriços e limítrofes, sobretudo quando temporários e irregulares. A presença de brasileiros em países como Suriname, Guiana francesa, Bolívia e, até mesmo Uruguai e Peru, é, com certeza, muito maior do que apontam os dados oficiais.

## 2.2. Dados dos registros consulares referentes aos 4 países da pesquisa

Após essa visão geral, podemos avaliar alguns dados consulares em relação às 4 áreas pesquisadas. Em primeiro lugar, é importante assinalar que, em 2006, as áreas pesquisadas abrangiam, de acordo com os dados do MRE, mais de 1 milhão de brasileiros, o que corresponde a pouco mais de 1/3 do total de brasileiros residentes no exterior.



Fonte: DAC/MRE

Os dados dos relatórios anuais dos Consulados, enviados e disponibilizados para a pesquisa pelo DAC – departamento de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, mostram como o número de brasileiros matriculados nos consulados é pequeno; todavia, as tendências demográficas aparecem nos dados sobre os serviços, como observado nas Tabelas abaixo, referentes aos 4 países sobre os quais foram realizadas as entrevistas da pesquisa sobre o protagonismo dos emigrantes.

Tabela 2/a					
ESTIMATIVA DE BRASILEIROS EM PORTUGAL (Consulado-Geral Lisboa e Porto)					
	Situação Migratória		Detentos	Total	Matriculados
	Regular	Irregular			
2002	55.600	29.800	167	<b>85.567</b>	55.408
2006	60.000	60.000	239	<b>120.239</b>	17.361

Tabela 2/b					
ESTIMATIVA DE BRASILEIROS (Consulado-Geral em Boston)					
	Situação Migratória		Detentos	Total	Matriculados
	Regular	Irregular			
2002	40.000	160.000	32	<b>200.032</b>	2.526
2006	53.000	300.000	146	<b>353.146</b>	1.194

Tabela 2/c					
ESTIMATIVA DE BRASILEIROS NO JAPÃO (Consulado-Geral Nagóia e Tóquio)					
	Situação Migratória		Detentos	Total	Matriculados
	Regular	Irregular			
2002	272.764	600	297	<b>273.661</b>	72.186
2006	311.136	360	412	<b>311.908</b>	66.425

Tabela 2/d					
ESTIMATIVA DE BRASILEIROS (Consulado-Geral em Ciudad Del Leste)					
	Situação Migratória		Detentos	Total	Matriculados
	Regular	Irregular			
2002	90.000	210.000	71	<b>300.071</b>	1.895
2006	85.000	240.000	98	<b>325.098</b>	3.720

No total, as quatro áreas pesquisadas, de acordo com os dados do MRE, hospedam cerca de 1.110.391 de brasileiros. As maiores taxas de crescimento aconteceram, sem dúvida, no caso de Boston e Portugal. Na área consular dos EUA, o número de brasileiros passou de 200 mil para 353 mil, com um aumento de 76%, enquanto em Portugal, a presença de 120 mil brasileiros, em 2006, representava um aumento de 41% em relação a quatro anos antes.

No que diz respeito aos migrantes em situação irregular, o MRE calcula que o número dobrou, entre 2002 e 2006, tanto em Boston,

quanto em Portugal, confirmando, assim, o crescente fluxo para a União Européia e os EUA.

A relação entre migrantes em situação regular e irregular é extremamente diversificada: em Portugal os brasileiros em situação irregular são cerca de 50% do total; em Boston e Alto Paraná eles representam, respectivamente, 84% e 74% de todos os brasileiros residentes. Finalmente, no Japão, o número é praticamente irrelevante (360 brasileiros, num total de 311 mil).

Finalmente, uma pequena referência ao número de detentos: em termos porcentuais, a área com maior número de presos, em relação à população brasileira residente, é Portugal com 1,98 presos por cada mil habitantes. Esse número cai para 1,32‰ no Japão, 0,41‰ em Boston e 0,3‰ no Paraguai. Levando-se em conta o progresso diacrônico, o maior crescimento, entre 2002 e 2006, ocorreu em Boston, onde a porcentagem de presos quase triplicou, passando de 0,15‰ para 0,41‰.

**Tabela 3/a**  
**ATOS NOTARIAIS (CONSULADO-GERAL LISBOA E PORTO)**

	REGISTRO NASCIMENTO	LEGALIZAÇÃO	REGISTRO CASAMENTO	REGISTRO DE ÓBITO	TOTAL
2002	1.133	11.544	883	35	12.245
2003	1.559	21.504	1.405	10	29.916
2004	1665	31.451	1403	14	39.606
2005	2063	24.822	1943	12	*
2006	2.101	28.819	2.544	19	58.561

\* Informação indisponível

**Tabela 3/b**  
**ATOS NOTARIAIS (Consulado-Geral Nagoya e Tóquio)**

	REGISTRO NASCIMENTO	LEGALIZAÇÃO	REGISTRO CASAMENTO	REGISTRO DE ÓBITO	TOTAL
2002	3.404	36.203	1.141	149	7.498
2003	3.442	36.876	1.285	137	58.774
2004*					
2005	3645	34.281	1534	220	*
2006	4.036	41.327	1.640	209	78.112

\* Informação indisponível

Tabela 3/c ATOS NOTARIAIS (Consulado-Geral Boston)					
	REGISTRO NASCIMENTO	LEGALIZAÇÃO	REGISTRO CASAMENTO	REGISTRO DE ÓBITO	TOTAL
2002	1.239	9.503	505	23	12.327
2003	1.586	8.579	712	26	14.985
2004	1.939	9.699	839	25	17.124
2005	1.855	9.045	934	30	*
2006	2.161	11.751	920	18	20.620

\* Informação indisponível

Tabela 3/d ATOS NOTARIAIS (Consulado-Geral Ciudad Del Leste)					
	LEGALIZAÇÃO	REGISTRO NASCIMENTO	REGISTRO CASAMENTO	REGISTRO DE ÓBITO	TOTAL
2002	1.172	2.503	*	63	9.872
2003	1.369	1.851	46	39	3.308
2004*					
2005	1.834	2.129	72	38	*
2006	1.659	1.420	65	45	3.189

\* Informação indisponível

O Paraguai é o único caso, entre as áreas pesquisadas, em que o número de registros de nascimento diminuiu e o número de casamentos não apresentou significativas mudanças. Já em Portugal, em 2002, havia 13,3 nascimentos por cada 1000 habitantes brasileiros, enquanto, em 2006, esse número subiu para 17,5. Aumentou bastante também o número de casamentos registrados: passou-se de 10,3 uniões por cada mil residentes brasileiros, em 2002, para 21,2 uniões em 2006.

Em Boston, o número de nascimentos permaneceu idêntico em termos porcentuais (6,1‰), enquanto em relação ao casamento o crescimento foi mínimo (de 2,5 para 2,6‰). No Japão, os nascimentos equivaliam a 12,8‰ em 2002, e passaram para 13‰ em 2006. Já os casamentos registraram um aumento maior, pois passaram de 4,1‰ em 2002 para 5,3‰ em 2006.

A análise de nascimentos e casamentos é muito importante, tanto para mensurar o crescimento dos fluxos, quanto para avaliar o grau e as estratégias de integração da população brasileira. Ordinalmente, a decisão de casar e ter filhos pode identificar um adiantado processo de

integração e, às vezes, uma “redefinição das expectativas temporais”,<sup>16</sup> com a decisão de permanecer no lugar de emigração ou, pelo menos, de adiar o retorno.

Em princípio, esses dados confirmam ser Portugal o país onde a integração e a decisão de permanecer, criar família e filhos é mais comum. Sobretudo no que diz respeito aos registros de casamento, a diferença em analogia ao Japão e a Boston é muito grande. As mudanças em termos de nascimentos e casamentos entre 2002 e 2006 podem estar relacionadas também, com o acordo assinado, em 2003, entre os governos do Brasil e do país ibérico, com a conseqüente regularização de milhares de brasileiros residentes em situação irregular.

### **3. Resultados da pesquisa sobre protagonismo dos brasileiros e brasileiras**

A pesquisa recolheu muitos dados, que não podem ser inteiramente apresentados neste estudo. Outros dados serão divulgados posteriormente.<sup>17</sup> Apresentamos a seguir alguns aspectos emersos das respostas dos questionários, sobretudo o que faz referência ao tema do protagonismo dos migrantes na construção de percursos e modalidades de subjetividade social e cidadania, mesmo em terra estrangeira.

#### **3.1. Público alvo e número de pessoas atendidas pelos grupos organizados**

Das 35 organizações que responderam<sup>18</sup>, 18 têm mais de 10 anos de caminho, enquanto somente duas têm menos de 1 ano. 21 é o número de organizações que foram fundadas somente por brasileiros, sendo que apenas 5 foram fundadas por autóctones. As demais 9 foram fundadas com participação mista entre brasileiros e outras nacionalidades de migrantes ou conjuntamente a autóctones.

<sup>16</sup> SALES, Teresa, *op. cit.*, p. 203.

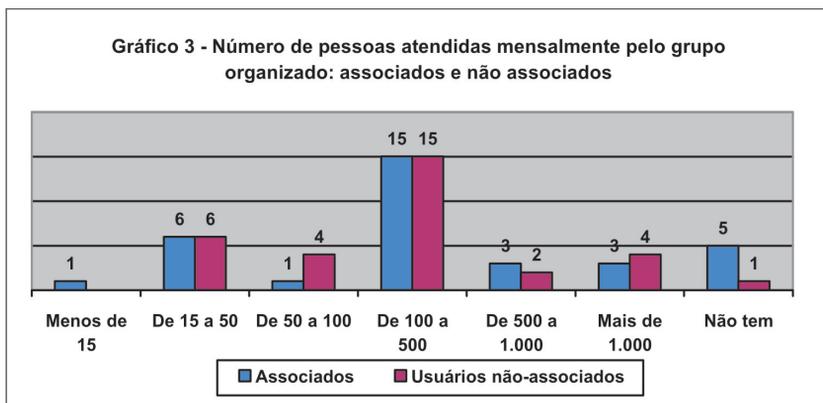
<sup>17</sup> A parte referente ao perfil das Associações que responderam ao questionário foi apresentado no mesmo Seminário e encontra-se entre os papers do Grupo de Trabalho sobre Associativismo. Outro estudo sobre as organizações de união e de apoio a brasileiros e brasileiras no exterior foi apresentado por Carmem Lussi no Seminário sobre Brasileiros no mundo realizado em Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18 de julho de 2008. A revista REMHU n. 32 do 1 semestre 2009, enfim, apresentará um artigo, incluindo novos questionários respondidos por organizações de migrantes entre abril e junho de 2008.

<sup>18</sup> Das quais 29 têm estatuto e somente 3 não dispõem de estatuto em vigor no momento da entrevista.

Somente 5 grupos organizados reservam sua assistência unicamente a um público brasileiro; todas as demais se declaram abertas a “todo tipo de migrante” como usuário. A propósito da pergunta sobre o público alvo específico da organização, 40% (14) declararam ser seu público alvo os “associados”. No entanto, desse total, 9 são entidades do Paraguai, na maioria dos casos cooperativas agrícolas, em que a participação é atrelada ao pagamento de uma taxa. No restante dos países, apenas 4 entidades atendem associados e nenhuma de forma exclusiva. Assim, com exceção do Paraguai, a tendência geral dos grupos organizados de brasileiros é atender qualquer pessoa migrante (brasileiro ou não), dando prioridade aos segmentos mais vulneráveis, como imigrantes recém-chegados (29% do total), imigrantes irregulares (26%), imigrantes em situação de vulnerabilidade (23%), crianças migrantes (23%) e famílias migrantes (23%).

Quanto ao número de usuários, as organizações afirmam atender uma componente significativa de migrantes (cf. Gráfico 3). É importante valorizar principalmente os “não associados” atendidos por mês. Entre os 35 grupos, 21 afirmam desenvolver atividades, ou prestar alguma forma de serviço, a mais de 100 migrantes por mês. Esse número é bastante elevado, em levando-se em conta a dificuldade que, não raramente, os migrantes têm de se deslocar e entrar contato com as organizações, assim como os limites financeiros das mesmas para disponibilizar os recursos e pagar funcionários para tais serviços.

A questão do número de associados e usuários é relevante pois, com frequência, é justamente o número de pessoas atendidas e envolvidas que legitima a organização, garante sua “representatividade” em relação à comunidade brasileira e outorga poder de negociação tanto em relação às autoridades locais quanto ao governo brasileiro. Apesar da pesquisa evidenciar um significativo número de pessoas atendidas pelos grupos organizados, os “informantes privilegiados” têm ressaltado as dificuldades de participação, não apenas em termos de protagonismo ou voluntariado – disso vamos tratar logo adiante – mas também em termos de simples acesso aos serviços oferecidos.



Fonte: CSEM

Essas dificuldades decorrem de vários fatores. Explica uma brasileira que vive no Japão: “a maioria deles [brasileiros no Japão] ganha seus salários por hora. Portanto, preferem trabalhar mais e não querem participar das atividades para outras pessoas”. Uma liderança religiosa aponta três causas fundamentais da dificuldade de agregação entre brasileiros em Massachussets: “a desunião, a percepção que qualquer pessoa tem sempre a intenção de tirar proveito do imigrante e o desejo de se manter na periferia e não correr o risco de ser identificado”. Outras vezes, o problema está na distância e na falta de tempo. Embora expressivo, o número de pessoas que exercem algum tipo de protagonismo em contexto coletivo é, ainda, bastante reduzido em relação às necessidades da comunidade brasileira.

### 3.2. Perfil dos brasileiros e brasileiras que trabalham em grupos organizados

Acerca do perfil das pessoas que trabalham nessas organizações, vale começar por uma breve análise da questão de gênero. Os dados gerais da pesquisa apontam que quase na metade dos casos (49%) há uma presença substancialmente igual de homens e mulheres, enquanto em 9 (26%) organizações há uma presença predominante de homens e 7 (20%) de mulheres.

Em termos de países, o Paraguai é o lugar que conta com a maior participação masculina (60% das organizações relatam uma presença predominante de homens, sendo que 5 delas são cooperativas agrícolas). Já, em Boston, há uma substancial igualdade entre os grupos com predominância feminina (2), masculina (2) e igual (2). No Japão não há nenhuma organização com predomínio masculino e duas com predomínio

feminino. Finalmente, em Portugal as mulheres têm maior participação em 3 organizações contra uma dos homens.

Ao avaliar a participação feminina nas atividades dessas entidades, deve-se levar em conta o tipo de trabalho desenvolvido: entre as cooperativas agrícolas do Paraguai, por exemplo, 83% têm prevalência masculina. Por outro lado, constata-se uma maior presença feminina em grupos específicos para mulheres, como é o caso do *Brazilian Women's Group* de Boston, mas também em grupos com finalidades religiosas. Além disso, faz-se necessário ponderar de que forma a maior ou menor incidência de estruturas patriarcais de gênero, nos diferentes países, podem inibir ou, então, promover a maior participação feminina nesses grupos organizados.<sup>19</sup>

Cabe ressaltar que na marcante presença feminina em grupos organizados de migrantes, pode-se vislumbrar sintomas de uma certa “feminização” das lutas sociais em defesa dos direitos dos migrantes, entendendo, com essa expressão, não necessariamente o predomínio quantitativo, e sim um processo que está envolvendo cada vez mais mulheres em atividades e espaços protagônicos e decisórios no que diz respeito à promoção dos direitos dos migrantes.

Outro aspecto que deve ser levado em conta é o vínculo empregatício dos trabalhadores. Apesar de não ser uma prática demasiado difundida no Brasil, entre os grupos pesquisados, 20 (57%) afirmaram contar com a presença exclusiva ou majoritária de voluntários. A porcentagem, aqui também, varia bastante, tendo seu ponto mais alto no caso de Portugal, Japão e Boston, onde a presença maciça de voluntários é reconhecida por 63% das entidades.

O caso do voluntariado em migração é um dado extremamente significativo, pois, em geral, os brasileiros e as brasileiras que emigram estão preocupados principalmente em atividades trabalhistas e, no caso dos jovens, nos estudos. Uma pesquisa realizada por Sales e Loureiro,<sup>20</sup> em Massachusetts, junto a 45 jovens adolescentes brasileiros numa *high school*, revela que 55% deles trabalhavam regularmente, ao passo que 22% trabalhavam no final de semana ou já trabalharam e estão disponíveis a aceitarem novos empregos. Os que não tinham experiências laborais estavam incluído na faixa mais jovens do grupo entrevistado, a saber, entre

<sup>19</sup> De acordo com Braga Martes, nas organizações comunitárias de Boston, no final da década de 90, “as mulheres ocupam um lugar de destaque em termos numéricos e em grau de participação” (MARTES, Ana Carolina Braga, *op. cit.*, p. 171).

<sup>20</sup> SALES, Teresa; LOUREIRO, Márcia. “Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA”, p. 228-231.

13 e 14 anos. Os jovens brasileiros referiram trabalhar até 6/8 horas por dia, mostrando inclusive a dificuldade em conciliar trabalho e estudo, principalmente quando o empregador exige flexibilidade nos horários.

Este é apenas um exemplo que mostra a dificuldade de se desenvolver atividades não remuneradas em contexto de recente imigração. Ainda assim, a pesquisa estaria indicando a presença de voluntariado em grupos organizados, sobretudo daqueles fundados por brasileiros. A dúvida surge pelo fato de que a pergunta 14 não esclarece se o voluntariado é realizado por brasileiros ou pessoas autóctones. É possível, no entanto, cruzar os resultados da pergunta 14 com aqueles da pergunta 15 – “Os que trabalham na organização são brasileiros/as ou autóctones?”.

Assim, por exemplo, no caso de Boston, as 4 organizações que afirmaram contar com a presença majoritária de voluntários (Pergunta 14), responderam à pergunta 15 que contam apenas com o trabalho de brasileiros (2 organizações) ou com maioria de brasileiros (2 organizações). No caso do Japão, 5 grupos declararam usufruir apenas (3) ou predominantemente (2) de trabalho voluntário. Entre eles, 4 contam com a presença majoritária de brasileiros e brasileiras e 1 da presença mais ou menos igual de autóctones e brasileiros. Algo análogo ocorre em Portugal.

Enfim, esse cruzamento não deixa dúvida da participação voluntária de brasileiros e brasileiras em grupos organizados que, de diferentes maneiras, defendem e promovem os direitos humanos da comunidade. Embora não se possa chegar a afirmações mais detalhadas em relação à quantidade e ao perfil dos brasileiros e brasileiras que assumem o trabalho voluntário, aos fins da pesquisa o elemento mais importante é constatar que o protagonismo de brasileiros e brasileiras se expressa também e, talvez, de forma privilegiada, na doação de parte do próprio tempo livre para a promoção da cidadania dos próprios conterrâneos ou, mais em geral, dos imigrantes.

Essas afirmações podem ser confirmadas por Teresa Sales a qual, em seu trabalho sobre brasileiros em Boston, reconhece que, no final da década de 90, havia entre alguns grupos organizados de Boston a presença expressiva de voluntários, tanto americanos quanto brasileiros. O trabalho voluntário – afirma a pesquisadora – “passa a fazer parte dessa nova fase do brasileiro imigrante, na gênese de seu movimento organizativo”.<sup>21</sup> Mesmo assim, não temos muita informações ulteriores sobre essa questão. Um dos “informantes privilegiados”, em relação ao Japão, sustenta que “os brasileiros que participam das atividades das organizações não são imigrantes atuais, são cônjuges de japoneses e funcionários residentes e os

<sup>21</sup> SALES, Teresa, *op. cit.*, p. 191.

estudantes”, ou seja, pessoas com maior tempo disponível. Outras vezes, são pessoas que há muito tempo moram no lugar e que já conseguiram uma suficiente estabilidade econômica.

Embora não possamos não reconhecer as dificuldades que comporta a assunção de trabalhos voluntários para brasileiros e brasileiras que vivem situações de extrema vulnerabilidade, não podemos também silenciar a importância axiológica e ética desse tipo de trabalho, mesmo se limitado e fragmentado.

### 3.3. Serviços oferecidos pelos grupos organizados

Em geral, os grupos organizados de brasileiros e brasileiras no exterior visam oferecer alguma resposta para desafios encontrados pela comunidade. A escolha dos serviços a serem oferecidos, em geral, responde a quatro critérios: a urgência do desafio, ou seja, sua gravidade em relação à vida dos migrantes; a difusão do desafio, sua incidência no interior da comunidade; a ausência de respostas institucionais ou da sociedade civil autóctone em relação ao desafio;<sup>22</sup> as capacidades e as possibilidades efetivas do grupo organizado em oferecer um serviço de qualidade em determinadas áreas. Os primeiros dois critérios dizem respeito à conjuntura migratória, enquanto o terceiro e o quarto, ao tipo de acolhida da sociedade de recepção e à situação em que se encontra o grupo organizado, em termos de capital humano, capital financeiro, parcerias e outras formas de articulações.

De acordo com os resultados da pesquisa, a maioria dos grupos organizados afirmou oferecer serviços de tipo assistencial-caritativo (57%), seguido logo após por atividades profissionais, relacionadas ao trabalho (46%) e serviços reivindicativos (43%) e culturais (43%).

Sobre o mesmo tema, o questionário contemplava mais duas perguntas, uma aberta – o entrevistado tinha a possibilidade de informar as 5 principais atividades desenvolvidas no último ano, indicando tanto a periodicidade quanto o número de participantes – e a outra fechada. Dos resultados dessas perguntas emergem o seguinte perfil de ação dos grupos organizados:

- A prioridade é dada a diferentes serviços de conscientização, informação ou formação, mostrando, por um lado, a importância de o migrante adquirir aqueles conhecimentos

<sup>22</sup> Cf. PEREZ, Alberto Martín. “Las asociaciones de inmigrantes en el debate sobre las nuevas formas de participación política y de ciudadanía: reflexiones sobre algunas experiencias en España”, p. 126-127.

que são fundamentais para a realização do próprio projeto migratório. Por outro lado, priorizar atividades de “orientação” pode atestar a dificuldade por parte dos grupos organizados em oferecer serviços específicos nas áreas em questão. Em outras palavras, na impossibilidade, por exemplo, de garantir um atendimento jurídico ou psicológico gratuito, a organização encaminha o migrante para outras entidades locais ou instituições que oferecem esse tipo de serviço. Em geral, as atividades de (in)formação são bastante abrangentes, envolvendo questões relacionadas ao trabalho, moradia, educação dos filhos, documentação etc. Dependendo dos grupos, às vezes, existem algumas atividades de assistência imediata para os problemas de maior gravidade.

- Alguns grupos organizados, sobretudo os mais antigos e aqueles com maiores disponibilidades orçamentárias, têm condição de oferecer algum tipo de serviço mais específico. Em geral são três as áreas priorizadas: a saúde, o trabalho e a documentação. No que diz respeito à saúde, existem grupos, sobretudo no Japão, que oferecem atendimentos relacionados ao bem-estar psico-físico do migrante, sobretudo na área psicológica. Já as questões trabalhistas e da documentação são mais desenvolvidas em Portugal e, ainda mais, nos EUA, mediante a oferta de assistência jurídica para a solução de casos trabalhistas e questões relacionadas à falta de documentação. Outro serviço muito comum no Japão e em Boston está relacionado ao idioma: várias associações oferecem a assistência de tradutores para aqueles brasileiros que ainda não dominam a língua local. Finalmente, é bom não desprezar também os serviços religiosos oferecidos por diferentes igrejas e religiões, visando amparar e fortalecer os migrantes nas situações mais difíceis do projeto migratório e fortalecer espaços e qualidade de relações interpessoais e sociais através das vivências comunitárias.
- Uma terceira grande área de atuação diz respeito à cultura. Trata-se de atividades que visam o resgate da cultura brasileira ou, então, a integração dos brasileiros na cultura local. No primeiro caso, destaca-se a organização de festas étnicas, momentos de confraternização, eventos culturais, atividades religiosas em português, ensino da língua portuguesa para as segundas gerações de migrantes, entre outras. Já em relação à integração, além de cursos da língua local, merece destaque a

organização de festas e eventos de cunho intercultural, com a participação ativa tanto de brasileiros quanto de autóctones, atividades de intercâmbio e atividades de formação sobre a cultura local. Na realidade, no sentido amplo, atividades de resgate e divulgação da cultura brasileira podem ser consideradas também uma forma para favorecer a integração, no sentido de que um melhor conhecimento da cultura dos migrantes pode ajudar os autóctones a eliminar prejuízos e abrir espaços de interlocução e diálogo. Integração, neste sentido, deve ser interpretada como um caminho de “reciprocidade”, de aproximação mútua, em que os autóctones também são chamados a se incorporar numa sociedade diferente.

- Finalmente, cabe registrar também intensas atividades de confraternização, que incluem momentos de encontro, de festa, de familiaridade, em que os migrantes brasileiros reproduzem “pedacinhos de Brasil” em terra estrangeira. Ao abordar a situações de brasileiros em São Francisco, nos EUA, Gustavo Lins Ribeiro sustenta que “os brasileiros organizam, com freqüência, festas privadas com diferentes objetivos: confraternizar, comemorar aniversários, apresentar novas pessoas a redes de amigos em São Francisco, despedir-se os que voltam para o Brasil. [...] Tem como função, inclusive, socializar informações e práticas coletivas do idioma de origem, além de introduzir pessoas nas redes sociais e manter as identidades nacionais e regionais”.<sup>23</sup>

Menos presentes são as atividades de cunho político e reivindicativo, presentes especialmente em Boston e em Portugal. Provavelmente a razão desta carência pode ser encontrada menos no desinteresse ou na escassa importância da questão que na dificuldade de assumir atividades de médio e longo prazo, bem como de confrontação com autoridades locais.

Os grupos organizados pesquisados mostram preocupação na defesa e promoção dos direitos dos brasileiros no exterior, priorizando atividades assistenciais, de formação/informação, de resgate cultural e integração, de confraternização, além de alguns serviços específicos. É justamente por oferecer esses serviços que, com freqüência, esses grupos são vistos pelos próprios migrantes como meros “prestadores de serviços”, a serem freqüentados apenas na hora da necessidade. É esta a opinião de vários “informantes privilegiados”. Assim, uma liderança religiosa que

<sup>23</sup> RIBEIRO, Gustavo Lins. “O que faz o Brasil, *Brazil*”, p. 47.

vive perto de Boston sublinha que os brasileiros “não participam de forma regular ou orgânica, mas participam quando se faz necessário, de forma oportunista e imediatamente interessada”.

Esta participação “instrumental” aos grupos organizados, sem dúvida, pode representar um sério empecilho para as organizações e sua legitimidade diante da sociedade autóctone, o governo local, bem como ao governo brasileiro. Como sublinha de forma contundente a liderança de uma associação em Portugal:

Os brasileiros muitas vezes participam em actividades conjuntas. Porém, o mais atractivo são convívios, festas e eventos desportivos e não tanto as actividades mais políticas, como manifestações ou concentrações. Também comparecem muitos na associação, quando se trata de sessões de esclarecimentos relativas a direitos no país de acolhimento. Portanto, penso que dão atenção à vida associativa, mas nestas vertentes acima referidas. Parece ser necessário criar uma maior conscientização do “dar”, da importância de estarmos em conjunto em causas, que nem sempre todos compreendem. [...] Nem sempre compreendem o que é uma associação de imigrantes. Nem todos, mas muitos, tendem a entendê-las como associações “prestadoras de serviços”, não compreendendo a sua própria importância enquanto agente da associação, sendo que estas devem ser entidades horizontais.

### 3.4. Gestão dos grupos organizados

Em geral, as organizações pesquisadas mostram sérias dificuldades orçamentárias, principalmente em relação ao montante de serviços que poderiam ou deveriam ser oferecidos. Esta afirmação infere-se de um conjunto de dados oferecidos pelo questionário. A maioria das organizações (54%) desenvolve suas actividades numa sede alugada (10 grupos), num espaço oferecido por outra entidade (8) ou na moradia de um associado (1). Isso revela tanto os altos gastos – no primeiro caso – quanto uma profunda precariedade, pois a ausência de uma sede própria limita substancialmente as actividades e prejudica sua qualidade.

No que diz respeito à questão diretamente relacionada com os recursos financeiros disponíveis, as organizações revelam que o auto-financiamento é a forma mais comum de arrecadação, seja em termos de “doações e cotas dos membros”, quanto em “venda de produtos e outras formas de autofinanciamento”. Cerca de um terço usufrui também de dinheiro de patrocinadores. Em Boston e Portugal, várias organizações podem contar também com financiamentos do país receptor, o que, sem dúvida, favorece uma maior disponibilidade e autonomia económica. Finalmente, há casos também em que o financiamento é oferecido por

outras entidades ou organizações tanto do país de origem quanto do país receptor, enquanto ninguém alegou receber algum tipo de financiamento do governo brasileiro.

Uma visão geral aponta para uma precariedade generalizada dessas organizações em termos econômicos, a não ser que sejam amparados por financiamentos públicos ou, então, por financiamentos de outras entidades civis ou religiosas. Talvez seja essa uma das razões do limitado número de grupos organizados que conseguem continuar suas atividades por muitos anos.<sup>24</sup> Em outros termos, sem o apoio governamental, a ligação com alguma organização religiosa ou a parceria com outras entidades se torna muito difícil oferecer respostas eficazes e duradoras aos desafios dos brasileiros no exterior.

Uma pergunta aberta no questionário dava a possibilidade para as organizações expressarem o tipo de ajuda que gostariam de receber do governo brasileiro, do qual nenhuma delas recebe atualmente alguma forma de ajuda econômica. Veja-se a tabela com os principais pedidos:

<b>Tabela 4</b>	
<b>Que tipo de ajuda gostaria de receber do governo brasileiro?</b>	<b>Nº</b>
Auxílio financeiro	13
Promoção de eventos culturais e apoio na educação/cultura/segundo grau/universidade	10
Maior envolvimento, maior representatividade e melhor atendimento do Consulado Brasileiro/ajuda para legalização junto ao governo do país de chegada.	8
Esclarecimentos à população brasileira acerca dos procedimentos de regularização de entrada noutros territórios e, ainda, das dificuldades/perigos do percurso migratório / apoio à comunidade.	3
Material informativo atualizado e de qualidade	2

O pedido por ajuda financeira comprova a precariedade econômica da maioria das organizações e, ao mesmo tempo, o desejo de contar com uma infra-estrutura mais eficaz e um capital humano maior e mais qualificado para aprimorar os serviços oferecidos. Por outro lado, pede-se também uma presença mais efetiva do governo – mediante consulados e embaixadas – no seio das comunidades brasileiras, um apoio mais explícito, um envolvimento que pode se expressar na organização de eventos, numa

<sup>24</sup> Ao pesquisarmos na Internet a presença de organizações de brasileiros em Boston, nos deparamos com um grande número de grupos organizados que não existem mais *de facto*.

melhor acolhida ou em serviços mais qualificados sobretudo no que diz respeito à documentação.

A questão do financiamento das organizações é, com certeza, fundamental. Não é fácil sobreviver apenas de voluntariado e, ao mesmo tempo, querer oferecer um trabalho de qualidade e uma oferta diversificada de serviços. O apoio econômico dos países de chegada é importante, embora não isento de riscos, como atesta Alberto Martín Pérez ao focar as associações de imigrantes na Espanha.<sup>25</sup> Há sempre perigos de manipulação, submissão, arbitrariedade na escolha das organizações financiadas e, às vezes, a exclusão dos grupos mais reivindicativos, bem como a criação de um clima de concorrência no seio das comunidades de migrantes. Além disso, delegando atribuições de competência estatal para essas associações, os governos locais podem legitimar formas de descompromisso em relação à situação dos imigrantes. Nesta ótica, muitas vezes, o sucesso dessas formas de parceria entre governos e associações está à mercê, de acordo com Pérez, basicamente da boa vontade política dos governos.<sup>26</sup> Além disso, como já vimos, o acesso a financiamentos pode acabar alimentando estereótipos de desvio ou mau uso de dinheiro, o que reduz inevitavelmente o envolvimento e a participação dos migrantes.

Enfim, o dinheiro é necessário, mas não isento de perigos. O protagonismo na defesa dos direitos humanos não se expressa apenas pelo envolvimento direto em organizações, mas também pela preocupação em financiar grupos organizados que defendem os próprios direitos e aqueles dos demais migrantes.<sup>27</sup>

#### 4. Perspectivas

A análise da conjuntura contemporânea e os resultados da pesquisa do CSEM evidenciam uma realidade dinâmica, em evolução, em que os migrantes brasileiros e brasileiras buscam caminhos associativos e de articulação em vista da defesa e promoção de seus direitos. Assim, apesar

<sup>25</sup> PÉREZ, Alberto Martín, *op. cit.*, p. 113-146.

<sup>26</sup> Riscos análogos podem ser reproduzidos também em relação a eventuais apoios financeiros dos governos dos países de origem. No entanto, Luís Escala Radabán, ao aprofundar a evolução histórica dos clubes cívico-sociais mexicanos na Califórnia, tem sublinhado o importante papel exercido pelo governo mexicano no fortalecimento e legitimação desses grupos organizados, mediante diferentes formas de ações (Cf. RADABÁN, Luís Escala, *op. cit.*, p. 84-107).

<sup>27</sup> Consoante um “informante privilegiado” de Boston, apesar da presença de centenas de milhares de brasileiros na região (de acordo com o consulado, cerca de 350 mil) as organizações de migrantes não têm mais de 1.000 membros pagantes. Por outro lado, reconhece também que as pessoas que são atendidas no dia-a-dia ao longo do ano chegam a dezenas de milhares.

da precariedade dos recursos financeiros disponíveis, da mobilidade e escassez de capital humano ou dos limitados apoios governamentais, essas organizações buscam caminhos de cidadania, desenvolvendo atividades de conscientização e formação, alguns serviços assistenciais, atividades de *advocacy*, além de ações de resgate da cultura brasileira e de integração no país de chegada.

Apesar disso, a pesquisa revela também um reduzido e incipiente processo de articulação, sobretudo em vista de ações mais de cunho político/reivindicativo, que tenham em vista objetivos de médio e longo prazo, particularmente no que diz respeito à participação ativa dos migrantes aos processos decisórios e no que diz respeito a questões imigratórias. Em outros termos, a meta não é apenas a de socorrer os brasileiros recém-chegados em sua situação de vulnerabilidade – atividade importante, mas não única – e sim, adquirir o reconhecimento social por parte das instituições locais, da sociedade do país de chegada e, inclusive, do governo brasileiro, enquanto “representantes dos migrantes” nos processos de definição de políticas públicas de promoção dos direitos humanos.

Nessa ótica, acredita-se no desenvolvimento de

um trabalho que transcenda os limites das necessidades imediatas, no nível mesmo da elevação da capacidade de consciência ou alargamento da compreensão da situação político-econômica que marca o mundo da migração, os processos migratórios não somente aqui nos Estados Unidos, mas em todo o globo.<sup>28</sup>

Ou seja, as organizações, além de desenvolver suas atividades de assistência e reivindicação, deveriam fortalecer um trabalho de conscientização que não se reduza apenas a situações individuais, deste ou daquele migrante, mas à formação de uma consciência planetária, em vista de uma cidadania planetária ou, como diz Escala Radabán, uma “ciudadanía transnacional”.<sup>29</sup>

É evidente que o conceito de cidadania transnacional passa – não ultrapassa – por sua vivência local e contextual. A cidadania é um conceito relacional, que se refere a um conjunto de relações determinadas por direitos e deveres. Exigir cidadania implica viver cidadania. É por isso que outro “informante” de Portugal defende a necessidade de educar os próprios migrantes brasileiros em suas relações com as próprias associações: muitos brasileiros “nem sempre compreendem o que é uma associação de imigrantes. Nem todos, mas muitos, tendem a entendê-las como

<sup>28</sup> “Informante privilegiado” de Boston.

<sup>29</sup> RADABÁN, Luís Escala, *op. cit.*, p. 94.

associações 'prestadoras de serviços', não compreendendo a sua própria importância enquanto agente da associação, sendo que estas devem ser entidades horizontais".

Exigir direitos e cidadania significa se comprometer com a lógica dos direitos e da cidadania, o que, pode implicar também, um maior envolvimento nessas organizações comunitárias. Este é o grande desafio para os próximos anos dos migrantes brasileiros e brasileiras, das organizações e, inclusive dos governos das sociedades de acolhida e saída.

## Bibliografia

- MARTES, Ana Carolina Braga. *Brasileiros nos Estados Unidos*. Um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- DURAND, Jorge. "Otra vez en primavera. Los inmigrantes salen a las calles". *Migración y desarrollo*, n. 9, 2007, p. 108-122.
- RABADÁN, Luís Escala. "Derechos humanos y asociaciones de migrantes mexicanos en California". *Migraciones internacionales*, v. 3, n. 2, 200, p. 84-107.
- BARZÁN, José Carlos Luque. "Asociaciones políticas de inmigrantes peruanos y la "Lima Chica" en Santiago de Chile", in *Migraciones Internacionales*, v. 4, n. 2, 2007.
- MARGOLIS, Maxine L. *Little Brazil*. An ethnography of Brazilian Immigrants in New York City. New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- PÉREZ, Alberto Martín. "Las Asociaciones de Inmigrantes en el debate sobre las nuevas formas de participación política y de ciudadanía: reflexiones sobre algunas experiencias en España". *Migraciones (Madri)*, n. 15, junio 2004, p. 113-146.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. "O que faz o Brasil, *Brazil*", in REIS, Rossana Rocha; SALES, Teresa (orgs). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Jinkings, 1999, p. 45-86.
- SALES, Teresa. A organização dos imigrantes brasileiros em Boston, EUA, in *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, jul/set 2005, p. 44-54.
- \_\_\_\_\_. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- \_\_\_\_\_; LOUREIRO, Márcia. "Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA", in *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v. 21, n. 2, jul/dez 2004, p. 217-240.